

A utopia pós-racial nos Estados Unidos: reestruturação do racismo e a ascensão de Barack Obama na era do *colorblindness*

Flávio Thales Ribeiro Francisco

Universidade Federal do ABC
Santo André - São Paulo – Brasil
flaviusnet@hotmail.com

Resumo: o objetivo deste artigo é o de analisar, através de uma perspectiva histórica, a era pós-direitos civis nos Estados Unidos, demonstrando a reestruturação do racismo norte-americano e a crença em uma sociedade pós-racial a partir de 1980. Enquanto o encarceramento em massa e o desmonte do *welfare state* afetava desproporcionalmente os afro-americanos, o conceito de *colorblindness* ganhava ampla circulação entre os norte-americanos. Entretanto, o governo do Presidente Barack Obama, ao invés de decretar o fim da importância da raça nas relações sociais, foi marcado pela violência policial e a ascensão de novos grupos ativistas como o *Black Lives Matter*.

Palavras-chave: Novo Racismo. Pós-Direitos Civis. Pós-Racial. Presidente Negro.

Introdução

Em 2008, durante a transmissão da contagem de votos para a eleição presidencial, jornalistas e comentaristas da TV CNN debatiam a possibilidade de a Casa Branca receber o primeiro presidente negro, especulando sobre o impacto do fenômeno Barack Obama sobre a sociedade norte-americana. Para a maioria deles, a eleição do democrata representaria mudanças sociais já em curso, como a consolidação de uma era pós-racial nos Estados Unidos que destruiria o legado da escravidão e do *Jim Crow*.¹ A trajetória de Barack Obama pelas primárias democratas e a eleição para presidente apresentou um candidato negro de perfil progressista sem a marca de um orgulho negro particularista, possibilitando a atração de um eleitorado de jovens e adultos brancos liberais. No discurso da vitória, ao vivo de Chicago, Barack Obama foi retratado como um líder ativo

¹ Termo que faz referência ao racismo sustentado pelas leis segregacionistas até a década de 1960.

e capaz de liderar os Estados Unidos em um processo de suposto declínio da hierarquia racial.

Em 2016, no último ano da presidência de Barack Obama, as TVs norte-americanas, assim como as redes sociais, revelavam um clima distinto daquele contexto de esperança anunciado pelo presidente democrata. Artistas com destaque no entretenimento norte-americano protestavam contra as práticas violentas das forças policiais, encenando os gestos históricos do grupo Panteras Negras, como no caso de Beyoncé, em evento esportivo com audiência de milhões de pessoas; ou reproduzindo o ambiente carcerário em apresentação no prêmio musical Grammy, como na performance do rapper Kendrick Lamar. Alguns meses depois, Jesse Williams, ao receber o prêmio por sua atuação em um seriado de TV, fez um discurso ácido sobre as práticas racistas e a supremacia racial nos Estados Unidos. O ator homenageou ativistas negros e famílias que se mobilizavam contra a hierarquia racial na sociedade norte-americana, que se reproduzia pela violência de policiais racistas que não pensavam duas vezes antes de atirar em um jovem negro desarmado. Williams reforçou a importância da luta contra o racismo e ressaltou os limites impostos pelos racistas à autonomia e à liberdade dos cidadãos negros.²

Atos como esses se tornaram mais comuns depois de 2013, momento no qual ativistas negros, sem ligação com instituições históricas do movimento negro, tomaram as ruas para protestar contra o assassinato de jovens por policiais. A promessa de uma era pós-racial com a eleição de Obama foi se desfazendo nos oito anos de governo, que encarou a resistência de uma direita revigorada pelo movimento Tea Party. O imaginário de uma sociedade indiferente à ideia de raça foi gestado ao longo dos anos 1980, durante o governo de Ronald Reagan, fundamentado no argumento de que o Movimento pelos Direitos Civis tivera êxito na eliminação de leis segregacionistas e na inclusão dos negros.

O que acompanharemos aqui é um processo histórico de transformação do racismo nos Estados Unidos, no qual as manifestações explicitamente racistas são substituídas por práticas cotidianas e institucionais que são naturalizadas como aplicação de leis ou procedimentos padrão. Na era do *Jim Crow*, na primeira metade do século XX, o linchamento e a segregação foram empregados para o controle e marginalização dos

² "Petition wants Jesse Williams's fires for his speech at BET Awards". New York Times, 5 Jul. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/07/06/arts/television/fire-jesse-williams-for-bet-speech-petition-says-but-hes-not-worried.html?_r=0>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

afro-americanos; já na era pós-direitos civis, as políticas antidrogas, a violência policial e o sistema carcerário revelaram de maneira dramática a reestruturação da hierarquia racial nos Estados Unidos.

Fim da era do Movimento pelos Direitos Civis

No dia 4 de abril de 1968, Martin Luther King Jr. foi assassinado na cidade de Memphis, antes que se juntasse a um protesto articulado pelos trabalhadores negros dos serviços sanitários. A morte do grande líder do Movimento pelos Direitos Civis foi um marco no ativismo negro nos Estados Unidos, com o avanço de organizações do Black Power, por um lado, e a “mobilização silenciosa” de setores da população branca já “cansados” com os protestos negros, por outro. A Lei dos Direitos Civis, aprovada em 1964 – que proibiu a discriminação baseada na cor, sexo, religião ou origem nacional – foi um grande avanço na luta dos negros pela igualdade de direitos, entretanto, apenas o primeiro passo para a efetivação da integração racial na democracia norte-americana. A desestruturação da segregação provocou mudanças consideráveis em várias regiões do sul dos Estados Unidos, mas outras práticas racistas continuaram a sustentar a hierarquia racial no país e a marginalizar a população afro-americana. No contexto do assassinato de King, lideranças negras como Stockley Carmichael questionavam a violência policial, o desemprego, a marginalização negra nos guetos dos grandes centros urbanos e as práticas racistas no setor imobiliário (PENIEL, 2006).

O próprio Martin Luther King havia percebido os limites das conquistas alcançadas ao longo dos anos 1960, deslocando a sua militância das cidades sulistas para centros urbanos na costa oeste e no norte, como Los Angeles e Chicago. As táticas de não violência, contudo, passaram a ser consideradas ineficientes para espaços onde o racismo se revelava em políticas públicas ou nas ações de forças policiais, e não através das hordas de supremacistas brancos. Nesse sentido, o “sonho” de King por uma democracia livre do racismo se dissipou em meio a uma enorme frustração dos afro-americanos.

As agendas mais radicais, sempre presentes na história do ativismo negro, ganharam espaço e atraíram segmentos populares, retomando uma longa tradição de nacionalistas negros como Marcus Garvey e, posteriormente, Malcolm X (MARABLE, 2013). Essas lideranças propuseram a quebra de laços com a sociedade norte-americana

através de uma rede de instituições negras que promoveria o bem-estar e a segurança das comunidades. Malcolm X, com a sua retórica separatista, procurou desconstruir os mitos do Sonho Americano e expor a história e a estrutura da supremacia branca nos Estados Unidos. Na perspectiva do líder radical, não havia brechas para a integração dos afro-americanos, todo o esforço do ativismo negro seria em vão.

Não, eu não sou americano. Eu sou um dos 22 milhões de negros que são vítimas do americanismo. Um dos 22 milhões de negros que são vítimas da democracia, uma hipocrisia camuflada. Eu não estou aqui diante de vocês falando como um americano, um patriota ou um agitador da bandeira nacional americana. Estou falando como vítima do sistema americano, eu vejo a América através das lentes das vítimas. Eu não vejo nenhum Sonho Americano, mas um pesadelo (MALCOM X, 1989, p. 6).

Essas posições nacionalistas tiveram grande influência sobre organizações como a dos Panteras Negras, criada em 1966, que foram muito bem-sucedidas em expressar a raiva da juventude negra marginalizada nos centros urbanos. Se a década de 1960 apresentou progressos com a Lei dos Direitos Civis (1964) e a Lei do Voto (1965), foi também a de tumultos e reações contra violência policial. Os panteras recontextualizaram os guetos em um imaginário anticolonial, como núcleos subjugados que deveriam ser descolonizados como os povos asiáticos e africanos (BLOOM, 2014). Nesse sentido, a população negra se organizaria de forma a superar a diversidade de práticas “imperialistas” dos norte-americanos para uma emancipação através da criação de comunidades autônomas, ainda que colaborassem com organizações políticas não negras. As forças policiais foram consideradas o braço armado de supremacistas brancos compromissados com a afirmação da hierarquia racial nos Estados Unidos. Portanto, esse é o momento da emergência de uma cultura política radical dos negros que desafiou a mitologia da democracia norte-americana e chocou grande parte da população branca (KELLEY, 2002).

Por outro lado, as autoridades se articulavam no sentido de reprimir os grupos mais radicais mobilizados em torno do Black Power, tratados como ameaças à ordem democrática. John Edgar Hoover, chefe do FBI, monitorou eventos e figuras da militância negra, identificando brechas para a desarticulação das organizações negras. O COINTEL-PRO – Programa de Contra Inteligência – infiltrou agentes no ativismo negro que tinham o objetivo de gerar discórdias e comprometer as ações das organizações (BLOOM, 2014). O ressentimento entre vários segmentos da população branca abriu brechas para que as autoridades avançassem de maneira violenta e atingissem, até mesmo, grupos mais moderados.

Em meados da década de 1970, a repressão havia desmantelado a maioria das organizações radicais, desestruturando o ativismo negro em nome da lei e da ordem. A morte e o aprisionamento de vários militantes fecharam a era do Movimento pelos Direitos Civis e do Black Power. No entanto, uma nova hierarquia racial se estabeleceu nos Estados Unidos, reproduzindo as desigualdades entre negros e brancos em um período pós-segregacionista.

Avanço conservador e uma nova hierarquia racial

A base de sustentação desta nova hierarquia racial se estruturou na década de 1960, com a contribuição dos conservadores que ascenderam no campo político. O Partido Republicano até esse período ainda não apresentava um quadro amplo de políticos conservadores. A agenda conservadora ganhou terreno ao longo dos anos 60 e 70, consolidando-se com a ascensão de Ronald Reagan. Barry Goldwater animou os conservadores republicanos na disputa presidencial de 1964 e, apesar da derrota para Lyndon Johnson, abriu as portas para o conservadorismo no partido (GIFFORD, 2009). Contudo, naquele momento, o grande desafio era o de contemplar interesses de sulistas e nortistas.

Nas eleições de 1968, o democrata George Wallace, com uma linguagem explicitamente racista, revelou o potencial do conservadorismo, apesar de perder as primárias democratas para Hubert Humphrey e concorrer como candidato independente. Na mesma eleição, o republicano Richard Nixon flertou com o imaginário racista, mas de maneira codificada, demonstrando o seu compromisso com o Movimento pelos Direitos Civis, mas também ressaltando os problemas das políticas da administração democrata que tinham como consequência as altas taxas de criminalidade e a “desordem social e moral”. O republicano foi bem-sucedido ao desenhar um quadro desfavorável para os cidadãos norte-americanos, atraindo uma “maioria silenciosa” descontente com o “excesso” de políticas voltadas para os negros e as interferências governamentais na iniciativa privada (LOWNDES, 2008).

A eleição de Richard Nixon pode ser considerada o princípio de um processo de desconstrução do *New Deal*, com o fim da coalizão democrata sustentada por trabalhadores, liberais brancos e a população negra. Esses eventos foram acompanhados por uma crise econômica na década de 1970 que possibilitaria a abertura para uma outra

agenda econômica. Ronald Reagan, em 1980, emergiu como a liderança capaz de colocar a economia nos trilhos e reestabelecer uma democracia norte-americana imaginada como uma comunidade política vivenciada por indivíduos, e não interesses coletivos como o de movimentos sociais da década de 1960. Reagan, ao assumir o governo, tomou medidas como o corte de gastos públicos, a redução de impostos, transferência de programas sociais para a iniciativa privada e o fim das regulações sobre as atividades econômicas (MOLL, 2010). A intenção do presidente era a de equilibrar o orçamento e de promover a economia através do dinamismo das empresas norte-americanas. Nesse período de mudanças, os sindicatos foram perdendo grande parte dos trabalhadores, que passaram a apostar na criação de postos de trabalho pelos empregadores, aderindo, assim, ao *laissez-faire* ianque.

Na agenda de Ronald Reagan o *welfare state*³ aparecia como um grande obstáculo moral ao desenvolvimento econômico, revelando as limitações de um governo com excesso de gastos e os vícios de uma população demasiadamente apegada aos programas sociais. O presidente se apresentava como a liderança capaz de restaurar uma sociedade nutrida pelo trabalho duro, aquele era o momento de desmontar as políticas sociais que sustentavam os “parasitas” e ultrajavam os trabalhadores que durante décadas testemunharam resignadamente um Estado organizado em torno das agendas dos movimentos sociais.

Reagan não somente denunciou o efeito negativo do *welfare state* sobre os cidadãos norte-americanos, como demonstrou sua habilidade ao elaborar comentários implicitamente racistas associando os negros aos principais grupos beneficiados pelos auxílios do governo. Desde 1976, o republicano narrava em seus comícios a história de mulheres que fraudavam os programas sociais e viviam uma boa vida à custa dos contribuintes. Com o tempo, contudo, as rainhas da previdência foram racializadas, as mulheres negras foram retratadas como fraudadoras, assim como homens negros foram representados como naturalmente refratários ao trabalho (GUSTAFSON, 2011). Os cidadãos que representavam a nação, no discurso de Reagan, eram aqueles que valorizavam o empreendedorismo, as iniciativas individuais e o trabalho duro. Em sua busca pelo resgate dos “princípios norte-americanos”, o presidente reforçou um imaginário excludente de uma nação liderada por brancos e que oferecia um lugar marginal para negros e latinos (GERSTLE, 2001).

³ Expressão em inglês para “Estado do Bem-Estar Social”, que significa um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia.

Os cortes nos programas sociais tiveram impacto negativo sobre os afro-americanos, que já sofriam com mudanças estruturais na economia norte-americana desde o início da década de 1970. Os anos de prosperidade dos Estados Unidos, entre 1940 e 1960, foram fundamentais para o aumento da renda entre as diferentes classes sociais, independente da raça. Entretanto, com a crise econômica nos anos 1970, apenas a renda dos 20 por cento mais ricos continuou a crescer. Outro fator importante que deve ser levado em consideração foi o deslocamento das plantas industriais – consequentemente de postos de trabalho – para a América Latina e a Ásia, diminuindo o mercado de trabalho para os trabalhadores braçais nos Estados Unidos. Por outro lado, reforçou-se a demanda pela mão de obra qualificada em um momento de emergência de novas tecnologias que dispensaram o trabalho dos cidadãos menos qualificados, justamente a faixa na qual se concentrava desproporcionalmente a maioria da população negra (WILSON, 1987). O desmantelamento da previdência norte-americana acentuou o processo de desestruturação das bases que possibilitavam a organização das famílias afro-americanas.

Os guetos dos grandes centros urbanos se transformaram em áreas de extrema pobreza para os padrões norte-americanos, determinando o isolamento da população negra. À medida que as indústrias deixavam as cidades, reconfigurando os espaços urbanos, e as empresas ligadas aos serviços e à tecnologia floresciam nas áreas suburbanas, o mercado de trabalho nas áreas metropolitanas perdia sua capacidade de incorporar os trabalhadores. Todo esse processo envolvia o peso de fatores econômicos combinados, mas também de práticas racistas de um longo período que possibilitaram o acesso de famílias brancas ao crédito mobiliário e o restringiram à população negra, redefinindo a racialização dos espaços no período pós-direitos civis. Assim, os negros foram engrossando as fileiras de uma subclasse norte-americana enclausurada em cinturões de pobreza e desemprego. Em meio ao processo de pauperização dos afro-americanos, com a reestruturação da economia e o desmonte do *welfare state*, a representação de uma cultura popular negra disfuncional se reforçou entre os norte-americanos (KITWANA, 2002).

Nesse contexto, os bairros negros se transformariam nos principais alvos das forças de segurança, que passariam a ter como função o “controle” sobre espaços férteis para a explosão de uma juventude negra furiosa. Para Michelle Alexander (2011), todos esses ingredientes revelavam a formação de um novo *Jim Crow*, sustentado pela repressão policial e a intensificação do encarceramento nos Estados Unidos. No período

pós-direitos civis, de acordo com Alexander, se constituiu uma nova hierarquia racial, distinta da escravidão e do segregacionismo dos tempos do *Jim Crow*.

Durante o governo de Ronald Reagan os recursos voltados para programas sociais diminuíram, enquanto o financiamento da repressão policial contra o tráfico de drogas cresceu drasticamente. Assim como no caso das fraudadoras do *welfare state*, o consumo de drogas e a violência do narcotráfico foram associados aos afro-americanos, ainda que a população branca fosse a grande consumidora de narcóticos. O combate ao tráfico de drogas articulou instituições e recursos que possibilitaram o policiamento e a aplicação de leis rigorosas que promoveriam o encarceramento em massa de negros e latinos. O fenômeno se acentuou de tal forma a ponto de transformar os complexos prisionais privados em um grande negócio, revelando um amplo arranjo institucional determinado a controlar populações tratadas como núcleos problemáticos em áreas pobres das metrópoles norte-americanas (WACQUANT, 2009).

Entretanto, esse cenário complexo não foi marcado somente pelo desmonte do *welfare state*, é possível identificar também a emergência de uma nova cultura racial. A expressão *colorblindness*⁴ passou a circular na sociedade norte-americana para traduzir as mudanças de atitudes na era pós-direitos civis, na qual a raça supostamente deixaria de estruturar as relações sociais no país. As conquistas do Movimento pelos Direitos Civis na década de 1960 criaram a sensação de que os Estados Unidos haviam incorporado valores antirracistas à democracia, iniciando um processo gradual de eliminação das práticas racistas. De fato, como observa Lawrence Bobo (1998), há um progresso nas relações raciais no país, identificado no apoio à integração racial, no crescimento do número de casamentos inter-raciais, assim como na rejeição a discursos explicitamente racistas.

Por outro lado, o incremento nas interações entre a população branca e as minorias étnicas tem sido acompanhado por uma resistência a políticas baseadas em categorias raciais. A crença no fim de uma hierarquia racial minimizou o efeito do racismo em episódios de violência policial e de racismo institucional, estimulando, até mesmo, uma ofensiva sobre os programas de ações afirmativas nas universidades. Nesse sentido, o *colorblindness* escamoteou um conjunto de práticas discriminatórias a partir de uma linguagem codificada e despida do vocabulário tradicional do *Jim Crow* (BONILLA-SILVA, 2006). Declarações como a do Presidente Ronald Reagan

⁴ Termo utilizado para se referir à indiferença pela cor da pele.

exemplificam a fronteira nebulosa entre uma ofensiva sobre as políticas de integração e a afirmação de uma sociedade livre do racismo:

“Nós estamos comprometidos com uma sociedade na qual homens e mulheres têm igualdade de oportunidades para a conquista do sucesso. Assim, nos opomos às cotas”, diz o Presidente Reagan. “Nós queremos uma sociedade que não se importa com a cor. Uma sociedade, de acordo com as palavras do Dr. King, que julga as pessoas pelo caráter e não pela cor da pele”.⁵

O excerto acima reproduz a complexidade das relações raciais nos Estados Unidos após a era do Movimento pelos Direitos Civis. Ao mesmo tempo em que se constituiu um imaginário pós-racial no país, uma nova hierarquia racial se estruturou a partir da racialização do tráfico de drogas, do fortalecimento de um complexo prisional e da marginalização de grande parte da população negra em uma subclasse excluída de um mercado de trabalho transformado pelas inovações tecnológicas. Nesse contexto, uma variedade de práticas discriminatórias se reproduziu na sociedade norte-americana sob a ideologia do *colorblindness*, naturalizando a violência policial e as incongruências da justiça.

Imaginando o Presidente Negro

O *colorblindness*, no entanto, a partir da crença no desaparecimento do racismo, também criou o cenário para a difusão da representação do presidente negro. Se por um lado a hierarquia racial se reestruturava, por outro, em um imaginário pós-racial, especulava-se sobre a possibilidade da eleição de um afro-americano para a presidência dos Estados Unidos. Antes da ascensão de Barack Obama, outros políticos negros, assim como filmes e séries de TV, estimularam o debate sobre a eleição de um presidente negro em um país com uma história marcada pela escravidão e a segregação racial.

Nesse sentido, Jesse Jackson, ativista negro que concorreu nas primárias democratas para a presidência na década de 1980, contribuiu imensamente para nutrir a ideia de uma nação norte-americana liderada por um negro. Jackson foi uma liderança que emergiu no ativismo negro ao se juntar à equipe de apoio de Martin Luther King, destacando-se pela capacidade de mobilização de jovens. Ao longo da década de 1970,

⁵ “Reagan quotes King Speech in opposing minority quotas”. *The New York Times*, 19 Jan. 1986. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1986/01/19/us/reagan-quotes-king-speech-in-opposing-minority-quotas.html>>. Acesso em: 14 de julho de 2016.

organizou iniciativas para a promoção do empreendedorismo entre os afro-americanos, assim como articulou boicotes às empresas que não tinham empregados negros. O seu carisma foi fundamental para a negociação com as grandes companhias que ainda apresentavam barreiras raciais para os profissionais, impulsionando, através de diferentes iniciativas, programas de ações afirmativas no mundo corporativo. A suas ações concentradas em Chicago ajudaram a transformar a comunidade negra da cidade na mais rica dos Estados Unidos em 1975.

Em 1983, Jesse Jackson anunciou a sua candidatura à presidência. Sob a bandeira da “Coalizão Arco-íris”, o político reforçou uma agenda progressista inter-racial de promoção do emprego para os mais pobres, opondo-se ao enxugamento das políticas sociais do governo de Ronald Reagan e valorizando os pequenos negócios (STANFORD, 2002). No entanto, as suas propostas foram questionadas pela esquerda que criticou a sua suposta proximidade com as grandes corporações e pelos conservadores que rejeitavam qualquer iniciativa relacionada à criação de programas sociais e à diminuição do investimento em armamentos. Jesse Jackson foi considerado um candidato sem potencial para disputar as primárias do Partido Democrata, mas surpreendeu os analistas políticos ao chegar à terceira posição com cerca de 3 milhões de votos. Nas primárias de 1988, Jackson demonstrou a sua força novamente, quando alcançou o segundo lugar, em uma disputa equilibrada com Michael Dukakis.

Durante as duas campanhas nas primárias democratas, Jesse Jackson enfrentou denúncias de racismo, como as de utilizar termos inadequados para se referir à comunidade judaica e de ligação com a Nação do Islã – grupo de muçulmanos negros que advogavam o separatismo. Nesse sentido, Jackson violava os termos da democracia norte-americana trazendo à tona questões relacionadas à raça em uma nação que se imaginava cada vez mais indiferente à cor da pele. Jesse Jackson foi retratado como um líder tradicional do Black Power e inadequado para a presidência, ainda que tenha liderado uma coalizão política formada por negros, latinos, homossexuais e segmentos marginalizados da população branca. A experiência de Jackson revelou os desafios para lideranças negras em uma sociedade “pós-racial” que condenava o conceito de raça sem se livrar dos ressentimentos provocados pelos avanços do ativismo negro.

A inserção dos negros na política partidária dos Estados Unidos, portanto, dependeria da capacidade dos políticos de dominar uma linguagem “desracializada” conforme os termos da era do *colorblindness*. Nesse sentido, o negro estadista deveria apresentar uma agenda ampla para a democracia, sem os “paroquialismos raciais” das

mobilizações políticas das décadas de 1960 e 1970. A nova sensibilidade da sociedade norte-americana à ideia de raça se fundamentou na despolitização da questão racial. Neste cenário, ativistas e políticos do *mainstream* foram obrigados a atuar em uma margem estreita para não ultrapassar os limites do pós-racialismo. As derrotas de Jesse Jackson nas primárias foram um alívio para os democratas que calculavam que uma candidatura liderada por um negro poderia ser um desastre nas eleições gerais (FRYMER, 1999, p. 110).

O título de “primeiro presidente negro” foi atribuído simbolicamente ao branco Bill Clinton, eleito em 1992, sem que tivesse concebido uma agenda progressista para os afro-americanos. O carismático político do estado do Arkansas desfrutou de grande popularidade entre o eleitorado negro, apresentando-se como um presidente sensível à causa antirracista. Clinton sempre ressaltou a sua infância pobre e as dificuldades familiares que o aproximava das experiências das comunidades negras empobrecidas. Em 1998, a escritora negra Toni Morrison utilizou o termo “primeiro presidente negro” para se referir às singularidades da trajetória de Clinton, “criado pela mãe solteira e consumidor de *junkfood*”. O presidente reforçou o seu prestígio ao indicar negros para diversos cargos públicos em um cenário econômico que posteriormente se tornaria favorável para a população negra com a baixa do índice de desemprego.

Os seus críticos, entretanto, apontam para algumas ações que tiveram um impacto negativo sobre os afro-americanos. A aprovação de leis para o endurecimento do combate ao crime e a reforma do *welfare state* tiveram como consequência o aumento da pobreza extrema e o crescimento acentuado do aprisionamento, dois fatores que estruturaram a hierarquia racial no período pós-direitos civis (OMI; WINANT, 2015, p. 222). Portanto, Clinton não rompeu com as bases do *New Jim Crow* reforçadas ao longo da presidência de Ronald Reagan.

Enquanto no campo político ainda não despontava uma liderança negra com capital para disputar a presidência dos Estados Unidos, na ficção a figura do presidente negro circulava com maior frequência nas produções da TV e de Hollywood. Morgan Freeman, no filme *Duplo Impacto*, de 1998, assumiu o papel do Presidente Tom Beck, que liderou o país em meio à ameaça de choque de meteoros com o planeta terra. O personagem de Freeman, apesar da cor da pele, não fazia referência a qualquer questão relacionada à raça, cumprindo a proposta de desracializar um homem negro a partir da função de *commander-in-chief*.⁶ Outras produções procuraram caracterizar os

⁶ Termo que se refere à função de comandante militar exercido pelo chefe de Estado civil.

presidentes negros da mesma maneira, mas nenhuma delas teve tanta repercussão quanto o seriado *24 horas*. O Presidente David Palmer, protagonizado pelo ator Dennis Haysbert, teve grande impacto sobre o imaginário pós-racial, representando um estadista que habilmente articulava sua equipe para combater terroristas de diferentes origens que ameaçavam a nação. O personagem cumpria a função de uma forte liderança, que em momentos de ameaça estrangeira unia todos os norte-americanos, transcendendo as divisões internas, dentre elas as raciais. Durante a campanha de Obama, Haysbert, assim como boa parte da imprensa, afirmou que o seu personagem havia sido fundamental para a aceitação da ideia de um presidente negro entre o público norte-americano. Maureen Callahan, em coluna do jornal *New York Post*, procurou capturar o imaginário sobre o presidente negro:

O personagem Palmer e a representação de Obama, diz Molloseau, “nos oferece uma imagem alternativa de masculinidade afro-americana: educada, equilibrada, saudável, boa até demais, para dizer a verdade”. Conforme a sua observação, “os negros que se vêm como os primeiros nos seus campos de atuação – e, por necessidade, ser aceito pela América branca – devem apresentar um comportamento acima de qualquer suspeita” [...].⁷

Nesse sentido, o Presidente David Palmer colaborou para a reelaboração da masculinidade negra, concorrendo com as representações de homens negros “desequilibrados” dos bairros pobres das cidades norte-americanas. Porém, como assinala Justin Vaughn (2012, p. 46), nem todas as representações sobre o presidente negro seguiram as posturas de Tom Beck e David Palmer. Os comediantes Chris Rock e David Chapelle subverteram a ideia de respeitabilidade e construíram personagens de presidentes que reproduziam os estereótipos de homens negros inseridos na cultura Hip-Hop, rompendo com o *colorblindness* e trazendo a questão racial para a Casa Branca. As figuras de Beck e Palmer, nesse sentido, foram concebidas e selecionadas em meio uma variedade de representações sobre presidentes negros que emergiram no contexto de uma era pós-racial.

O debate sobre a aceitação de um presidente negro, no entanto, leva em consideração as representações sobre o chefe de Estado, sem atentar para a percepção sobre a atuação de outras figuras da política norte-americana, como os Secretários de Estado da administração George W. Bush: Collin Powell e Condoleezza Rice. Os dois ocuparam um dos postos mais importantes das instituições norte-americanas depois do

⁷ CALLAHAN, Maureen. “A president in real time”. *New York Post*, 24 fev. 2008. Disponível em: <<http://nypost.com/2008/02/24/a-president-in-real-time/>>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

presidente, em um período de intensas ações militares no Oriente Médio. No caso de Powell, a ascensão pela carreira militar, marcada por uma rígida disciplina, acabou contribuindo para a construção de seu perfil como uma autoridade equilibrada. Já Condoleezza Rice, educada com lições de francês e piano desde criança, se enveredou na política como conselheira para política internacional, quando já lecionava na Universidade de Stanford. As trajetórias de Colin Powell e Condoleezza Rice nas forças armadas e no universo acadêmico respectivamente os credenciaram como especialistas de excelência para determinar as linhas de orientação da política internacional norte-americana. Os dois republicanos, assim como o personagem David Palmer, foram figuras que publicamente evitaram emitir opiniões sobre as relações raciais, definindo um padrão desracializado para a atuação na política do país. Tanto Powell quanto Rice dissociaram a suas imagens do histórico de lutas do movimento negro, sempre ressaltando as conquistas individuais e desconsiderando o impacto do racismo após o fim da segregação (LUSANE, 2006). Sendo assim, os Secretários de Estado do governo de George W. Bush demonstraram ao público norte-americano a possibilidade de atuação de um afro-americano na política sem que os códigos de uma cultura pós-racial fossem violados.

Ascensão de Barack Obama e a desconstrução do imaginário pós-racial

Na Convenção Democrata de 2004, na qual John Kerry oficializaria a sua candidatura para as eleições, um Senador do estado de Illinois de nome estranho atraiu a atenção dos democratas com sua desenvoltura ao fazer um discurso sobre a necessidade da união entre os norte-americanos. Barack Obama, em sua primeira aparição em nível nacional, entusiasmou o público com a celebração da diversidade dos Estados Unidos. O senador utilizou a sua trajetória para demonstrar a importância de uma sociedade multicultural. Ele citou a experiência de seu pai, que havia sido criado em um pequeno povoado no Quênia e chegou aos Estados Unidos como bolsista universitário. O avô paterno trabalhara como cozinheiro e o avô materno se alistou nas forças armadas após o ataque a Pearl Harbor na Segunda Guerra Mundial. A mãe branca, nascida no estado do Kansas, foi obrigada a se deslocar pelo país a procura de oportunidades econômicas. Em uma narrativa bem elaborada sobre a história de sua família, Obama mobilizou representações da cultura norte-americana para retratar uma sociedade heterogênea, mas unida sob a mesma identidade nacional:

Os meus pais compartilharam não somente um amor improvável, mas também a fé em todas as possibilidades que esta nação poderia oferecer. Eles me deram um nome africano, Barack, o “abençoado”, acreditando em um país tolerante, que o meu nome não seria uma barreira para o sucesso. Eles me imaginaram frequentando as melhores escolas desta nação, mesmo que não fossem ricos, porque neste país generoso você não precisa ser rico para atingir todo o seu potencial. Eles morreram. Mesmo assim, eu sei que, nesta noite, estão me observando lá de cima com grande orgulho. Hoje estou aqui para demonstrar a minha gratidão com a diversidade das minhas origens, consciente que os sonhos dos meus pais se manifestam nas minhas duas filhas preciosas. Hoje eu tenho a noção de que a minha história faz parte da história dos Estados Unidos, que eu tenho uma dívida com todos aqui presentes, pois a minha trajetória não seria possível em outro país. Nesta noite, estamos juntos para afirmar a grandeza desta nação, mas não para celebrar a altura dos arranha-céus, o nosso poder militar ou o tamanho da nossa economia. O nosso orgulho se fundamenta em uma simples promessa, resumida em uma declaração feita duzentos anos atrás: “Nós tomamos essas verdades como auto evidentes, que todos os homens nascem iguais” [...].⁸

Barack Obama, em seu discurso, organizou a narrativa de sua trajetória e de outros descendentes de imigrantes em um quadro definido pelos valores do Sonho Americano. O senador de Illinois, naquele momento, tratou do excepcionalismo dos Estados Unidos de uma maneira inclusiva, incorporando um imigrante africano, o seu pai, à ideia de mobilidade social, geralmente circunscrita aos discursos de imigrantes europeus. De qualquer forma, ele não fez menção aos antagonismos raciais no país, enfatizando o caráter multicultural da sociedade norte-americana. Na Convenção de 2004, portanto, já é possível perceber a preocupação de Obama em fazer um discurso equilibrado sobre a raça, posicionando-se como um líder capaz de unir os norte-americanos em torno de uma agenda política comum. A história de um filho de imigrante africano com uma cidadã branca, criado no Havaí e na Indonésia, e posteriormente educado pelos avós maternos, foi explorada pela mídia como uma versão contemporânea do Sonho Americano.

Em 2007, quando se tornara uma figura conhecida na política norte-americana, Barack Obama tomou a decisão de concorrer nas primárias do Partido Democrata, desafiando a máquina eleitoral de Hillary Clinton e Bill. Contudo, ainda que houvesse a percepção de que Obama fosse uma figura pós-racial, o candidato tinha a consciência de que os seus discursos e gestos estavam sob o escrutínio da imprensa. Obama se

⁸ “Transcript: Illinois Senate Candidate Barack Obama”. *Washington Post*. 27. jul. 2004. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A19751-2004Jul27.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

preocupou com a possibilidade de sua campanha se transformar em um fórum sobre relações raciais, desviando a atenção do eleitorado para outros assuntos importantes.

Para Eduardo Bonilla-Silva (2014) o comportamento cauteloso de Barack Obama também tinha relação com a sua biografia. O sociólogo destaca o modo como Obama constituiu a sua identidade ainda na adolescência, consequência da criação em uma família de brancos na qual a questão racial raramente era discutida. Elementos de sua retórica que poderiam ser identificados como códigos de uma linguagem desracializada, nada mais eram do que produto de uma consciência racial construída tardiamente. No entanto, durante as primárias, devido a um sermão incendiário sobre os problemas raciais no país de Jeremiah Wright, na época seu pastor, Barack Obama foi obrigado a abordar o tema:

Para compreender a realidade é necessário lembrar como nós chegamos até este ponto. Como escreveu William Faulkner uma vez: “O passado não está morto e enterrado, de fato isto não é o passado”. Nós aqui não precisamos falar da história de injustiça racial deste país. Porém é preciso nos lembrarmos que existem inúmeras disparidades na comunidade afro-americana hoje que podem ser associadas com as desigualdades do passado no qual as gerações anteriores sofreram com o legado da escravidão e o Jim Crow.

Escolas segregadas foram, e são, inferiores; nós ainda não as consertamos cinquenta anos após a decisão de Brown vs. Board of Education. A educação inferior dessas escolas ajuda a explicar as desigualdades nas trajetórias de estudantes negros e brancos.

A discriminação legalizada – na qual os negros foram proibidos, sempre através de violência, de ter uma propriedade, o acesso a empréstimos, hipotecas, sindicatos, emprego nas forças policiais ou nos bombeiros – significou que as famílias negras não puderam economizar recursos financeiros suficientes para legar às gerações futuras. Essa história ajuda a explicar as desigualdades de riqueza e renda entre negros e brancos e os cinturões de pobreza que persistem em comunidades urbanas e rurais [...].⁹

Obama, como podemos observar no excerto, não relativizou os antagonismos raciais como em situações anteriores, reconhecendo a história de violência e segregação racial, enfatizando a persistência de um legado histórico nas desigualdades entre negros e brancos em diferentes esferas. Nessa ocasião, a posição de Obama não esteve sintonizada com a euforia pós-racial, o candidato demonstrou que era necessário muito esforço para resolver as disparidades entre negros e brancos no país. Neste sentido, a figura do político negro apresentava diferentes faces que dificultavam a concepção de uma única representação.

⁹ “Obama race speech”. *New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/03/18/us/politics/18text-obama.html?_r=0> Acesso em: 16 de julho de 2016.

Durante as primárias e, principalmente, as eleições, a imagem de Barack Obama foi disputada por diferentes grupos sociais. Nikki Khanna (2011), por exemplo, faz referência aos inúmeros casos de pessoas que se identificavam como cidadãos bi raciais e ressaltavam a origem branca e negra do presidente, ignorando a regra “da gota de sangue”.¹⁰ Por outro lado, os negros destacavam a desenvoltura do candidato com aspectos da cultura afro-americana. O “presidente negro” era capaz de fazer discursos para as lideranças negras e também bater um papo com rappers como Snoop Dogg (ALIM; SMITHERMAN, 2012). A posição mais curiosa foi a do diretor da Ku Klux Klan, Thomas Robb, que alegou que o presidente não era negro, mas um mulato, enfatizando o fato de ele ter sido educado por uma família de brancos.¹¹

Essa disputa pela imagem de Barack Obama denota o caráter progressista de sua imagem, interpretada por esses diferentes atores como símbolo de mudanças. A sua eleição para a presidência dos Estados Unidos gerou grandes expectativas, entusiasmando os negros que esperavam por políticas específicas para o seu grupo, os latinos preocupados com a revisão das leis de imigração e uma população de brancos que acreditava viver um contexto de superação da raça. No entanto, o presidente negro despertou também o ressentimento de milhares de conservadores que durante as eleições utilizaram o direito supremo de liberdade de expressão para associar a sua imagem aos estereótipos negativos de negros difundidos entre os norte-americanos, transgredindo os códigos da ideologia do *colorblindness*. Nesse sentido, o governo de Barack Obama, no que se refere às relações raciais, foi obrigado a administrar o clamor das minorias étnico-raciais por políticas capazes de desestabilizar a hierarquia racial, a esperança de segmentos da população branca pela afirmação de uma era pós-racial, além de uma oposição difusa que escamoteou a supremacia racial através de uma agenda conservadora de diminuição do Estado (OMI; WINANT, 2015).

O embate entre essas diferentes forças obrigou o presidente eleito a se posicionar em diversas ocasiões, algo que não aconteceria com um presidente branco. Um dos primeiros desafios de Obama foi o de mediar o “desentendimento” entre o policial James Crowley e Henry Lewis Gates – uma das principais referências intelectuais dos estudos

¹⁰ A “lei da gota de sangue” é o termo tradicionalmente utilizado para definir o cidadão branco, aquele não tem qualquer ancestralidade indígena, africana ou asiática. Ou seja, uma gota de sangue não europeu comprometeria a identidade branca.

¹¹ “The Klan Chimes In on Obama”. *The New York Times*, 6 Nov. 2006. Disponível em: <http://thecaucus.blogs.nytimes.com/2008/11/06/the-klan-chimes-in-on-obama/?_r=0>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

sobre relações raciais nos Estados Unidos –, logo em 2009. Gates, quando forçava a porta de sua própria casa, foi abordado pelo policial, chamado pelo vizinho que pensou ter testemunhado um assalto. O intelectual foi preso por desacato à autoridade, por questionar a abordagem de Crowley. O caso ganhou repercussão nacional em um debate sobre a existência de racismo na ação do policial. Obama, que assumiu o papel de mediador, tentou resolver o incidente em um encontro informal, com direito a cerveja. O presidente procurou demonstrar a sua habilidade de negociador, sem tomar posições, deixando claro que cumpriria o papel de presidente, e não de um cidadão compromissado com uma causa específica. A prisão de Henry Lewis Gates não arranhou a imagem de Obama, mas foi o início de uma série de incidentes que desafiariam a sua diplomacia nos assuntos relacionados à questão racial.

Nos oito anos de sua administração, Barack Obama não estabeleceu nenhuma iniciativa direcionada para o combate ao racismo, as suas ações foram majoritariamente restritas a gestos simbólicos que rememoravam eventos históricos da era do Movimento pelos Direitos Civis. O presidente parecia preocupado em afirmar as conquistas do passado, sem necessariamente intervir ou encampar estratégias para dismantelar o *New Jim Crow*. O incidente entre o intelectual da Universidade de Harvard e o policial introduziu Obama como presidente a uma questão que posteriormente não poderia ser mais remediada com uma simples mediação. Ao invés de afirmar a superação da raça, Barack Obama, direta ou indiretamente, contribuiu para aumentar a sensibilidade da sociedade à questão racial. A violência policial sobre a população afro-americana revelou-se um dos pontos críticos das relações raciais na administração do presidente negro, desestabilizando os discursos sobre uma era pós-racial. Assim, os eventos envolvendo as forças policiais poderiam ser entendidos como peças de um quebra-cabeça que quando encaixadas expunham um quadro amplo do racismo norte-americano.

O período pós-direitos civis, no qual diferentes atores defenderam a ascensão de uma sociedade indiferente à raça, inúmeros conflitos demonstraram a inconsistência de uma era pós-racial nos Estados Unidos. Em 1992, na cidade de Los Angeles, quatro policiais foram inocentados por violência excessiva após serem flagrados em vídeo violentando Rodney King, causando a fúria na comunidade negra e outras minorias, que tomaram as ruas e saquearam o comércio da cidade. O tumulto revelou os limites das conquistas dos direitos civis com uma violência similar à de outros conflitos que marcaram a tensão racial no país nos tempos de segregação legal. Já em 2005, o estrago feito pelo furacão Katrina na cidade de Nova Orleans atingiu bairros povoados por

uma maioria negra, inundando casas e desabrigando milhares de pessoas. A inoperância do Presidente George W. Bush, associada à vulnerabilidade dos moradores, difundiu internacionalmente imagens de miséria negra na maior potência econômica do mundo.

Ao longo desses anos, as disparidades entre negros e brancos persistiram e o governo de Obama não conseguiu interromper ou aliviar esse processo. Apesar da afirmação de que a crise econômica de 2008 havia sido contornada, o desemprego entre negros continuou acima dos dois dígitos, assim como o desemprego entre os negros recém-formados nas universidades chegou a 12 por cento, contra 4,5 por cento para os brancos. Cerca de 27 por cento dos negros vivem na pobreza, 30 por cento das crianças passam fome, 25 por cento das mulheres negras não tem plano de saúde e os negros são 65 por cento dos diagnósticos do vírus da AIDS (TAYLOR, 2016, p.11). A aprovação do Obamacare, muitas vezes celebrada como um triunfo do presidente sobre um congresso de maioria republicana, apresentou-se como uma iniciativa isolada sem efeito sobre as bases que sustentavam o *New Jim Crow*.

Esse quadro dramático que persistiu na era do presidente negro gerou grande frustração entre a população afro-americana, principalmente os segmentos mais populares. Barack Obama, contudo, resistiu a vários desafios durante a sua presidência, garantindo uma imagem de político equilibrado e conciliador. O sucesso de esportistas negros, artistas de Hollywood e a formação de uma elite negra reproduzida e sustentada pelas ações afirmativas possibilitaram em alguns momentos a associação entre a experiência afro-americana e o Sonho Americano.

O assassinato de Trayvon Martin, em 2012, no entanto, desencadeou uma série de protestos que definitivamente desarticularam os discursos de uma era pós-racial nos Estados Unidos. O garoto de 17 anos, que visitava a noiva de seu pai, foi abordado pelo segurança do bairro que o identificou como o criminoso responsável por alguns roubos naquela localidade. George Zimmerman, ao invés de aguardar a chegada dos policiais, resolveu intervir e, durante o enfrentamento, disparou um tiro que matou Martin. Zimmerman não foi autuado pela polícia, o processo sobre o segurança só foi iniciado após a pressão da opinião pública através da mídia. Mesmo assim, ele foi inocentado com alegação de autodefesa. O caso de Trayvon Martin revelou as contradições de uma sociedade estruturada por uma hierarquia racial e governada por um presidente negro.

Na cidade de Ferguson, no estado de Missouri, um outro incidente também teve grande repercussão, intensificando as tensões raciais. Em 2014, Michel Brown foi atingido por vários disparos feitos por um policial, após roubar uma caixa de cigarrilhas

e empurrar o caixa da loja de conveniência. O evento retomou o debate sobre a violência desproporcional das forças policiais sobre os jovens negros, tratados como uma ameaça a ser controlada. A população negra tomou as ruas para protestar contra a brutalidade dos policiais, manifestando, em certa medida, uma frustração com a presidência de Barack Obama, que ascendeu na política norte-americana utilizando termos como “esperança” e “mudança”.

O assassinato de Freddie Gray, em 2015, daria contornos mais dramáticos para a tensão em torno das brutalidades policiais. Gray, após ser preso por portar um canivete ilegal, desmaiou enquanto era conduzido por policiais e faleceu posteriormente. A conclusão, depois de muita controvérsia, foi a de que o rapaz foi imobilizado inadequadamente, o esmagamento da espinha havia sido a causa de sua morte. Assim que o caso foi publicizado, iniciaram-se vários protestos que culminariam em um tumulto violento na cidade de Baltimore. As imagens de comércios destruídos pelo protesto foram registradas como uma rebelião negra contra a violência policial e, em um plano mais amplo, contra uma hierarquia que se reestruturou nos anos posteriores às conquistas do Movimento pelos Direitos Civis.

Em Baltimore, foi possível identificar um movimento que se delineava desde o assassinato de Trayvon Martin. O *Black Lives Matter*, que surgiu primeiramente como uma *hashtag* numa rede social, criada por Alicia Garza, logo se transformou em agenda de uma nova geração de ativistas preocupada com o racismo contemporâneo que manifestava a sua face de maneira escancarada através da violência policial. Em protesto após a morte de Michael Brown, na cidade de Ferguson, o movimento virtual articulou uma rede de ativistas, transcendendo as campanhas das redes sociais. As principais estratégias foram a de intervenções com bloqueio de estradas e os protestos em frente a prédios de instituições governamentais, promovendo um debate sobre as práticas racistas das forças policiais. O *Black Lives Matter*, articulando negros, mas também brancos e outras minorias, emergiu como um agente importante na desconstrução das representações pós-raciais da sociedade norte-americana (TAYLOR, 2016, p. 153). Atuando sem apresentar hierarquias e descentralizado em várias unidades pelo país, o movimento, com grande caráter performático, disseminou um conjunto de narrativas capazes de questionar a democracia norte-americana e expor os elementos da supremacia racial que se reestruturou no período pós-direitos civis.

Barack Obama chegou ao último ano de seu governo com grande popularidade, sem ter a sua imagem comprometida pelos conflitos raciais nos Estados Unidos. No final

de 2015, o presidente visitou o presídio El Reno, no estado de Oklahoma, questionando a alta taxa de encarceramento no país e as duras e desproporcionais condenações da justiça norte-americana. De certa forma, Obama incorporou as narrativas do *Black Lives Matter* ao seu discurso, reconhecendo o sistema carcerário como um elemento crítico das relações raciais nos Estados Unidos. Assim como foi comum durante os oito anos de presidência, Obama, uma vez mais, fez um gesto simbólico, observando o impacto desse fenômeno sobre os mais pobres, contrabalanceando as suas críticas às famílias negras por não educarem suas crianças adequadamente. Com grande competência performática, Obama colocou-se como moderador nos assuntos relativos às relações raciais, mas não cumpriu o papel ativo de articulador de políticas capazes de abalar as bases elementares do racismo na era pós-direitos civis.

Considerações Finais

A manifestação da classe artística, citada no início deste texto, contra a brutalidade das forças policiais nos Estados Unidos revelou a força do ativismo negro do *Black Lives Matter* ao desvelar as dinâmicas das relações raciais, inviabilizando o discurso de celebração de uma era pós-racial sob a administração de um presidente negro. As conquistas do Movimento pelos Direitos Civis foram acompanhadas por uma reação conservadora que conseguiu definir limites para a agenda do ativismo negro. Assim, por um lado afirmou-se a consolidação da integração dos negros, por outro as agendas mais radicais foram suprimidas com repressão.

A era pós-direitos civis não foi necessariamente marcada por progressos nas relações raciais, mas pela reestruturação da hierarquia racial norte-americana. As engrenagens do novo racismo, identificadas por diferentes estudos acadêmicos, continuaram a reproduzir as assimetrias sociais entre negros e brancos e, de certa forma, possibilitaram a difusão de narrativas pós-raciais que afirmavam a perda de importância da raça no país. A era Obama, porém, ao invés de consolidar a suposta ordem pós-racial, apresentou diferentes faces do racismo de maneira dramática, revelando uma nova sensibilidade da sociedade norte-americana à questão racial.

THE POST-RACIAL UTOPIA IN THE UNITED STATES: RESTRUCTURING OF RACISM AND THE RISE OF BARACK OBAMA IN THE TIME OF COLORBLINDNESS

Abstract: the aim of this article is to analyze, through a historical perspective, the post-civil rights era in U.S., portraying the restructuration of American racism and the belief in a post-racial society in the 80's. While the mass incarceration and the demise of the American welfare state disproportionately affected the African-Americans, the idea of colorblindness gained a wide currency among Americans. However, the administration of Barack Obama, instead of representing the end of the influence of race on social relations, was marked by the police violence and the rise of new activist groups like the *Black Lives Matter*.

Keywords: New Racism. Post-Civil Rights. Post-Racial. Black President.

Referências

ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. New York: The New Press, 2011.

BLOOM, Joshua. *Black against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party*. Los Angeles: California University Press, 2014.

BOBO, Lawrence; SMITH, Ryan. From Jim Crow Racism to Laissez-Faire Racism: The Transformation of Racial Attitudes. In KATKIN, Wendy; LANDSMAN, Ned; TYREE, Andrea (org.). *Beyond Pluralism: the conception of groups and group's identity in America*. University of Illinois Press, 1998.

BONILLA-SILVA, Eduardo. Race matters in Post racial OBAMERICA and how to climb out of the rabbit hole". In: BARNES, Sandra L.; ROBINSON, Zandria, F.; WRIGHTII, Earl. *Repositioning race: prophetic research in a post racial Obama age*. Albany: State University of New York Press, 2014.

_____. *Racism without racists: color-blind racism and the persistence of race inequality in the United States*. New York: Rowman & Littlefield, 2006.

FRYMER, Paul. *Uneasy alliances: race and party competition in America*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

GERSTLE, Gary. *American Crucible: race and nation in the Twentieth Century*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

GIFFORD, Laura Jane. *The Center Cannot Hold: The 1960 Presidential Election and the Rise of Modern Conservatism*. Northern Illinois University Press, 2009.

GUSTAFSON, Kaaryn S. *Cheating Welfare: Public Assistance and the Criminalization of Poverty*. New York: New York University Press, 2011.

KELLEY, Robin. *Freedom dreams: the Black radical imagination*. Boston: Beacon Press, 2002.

KHANNA, Nikki. *Biracial in America: forming and performing racial Identity*. New York: Lexington Books, 2011.

KITWANA, Bakari. *The Hip Hop Generation: young Blacks and the Crisis in African American Culture*. New York: Basic Civitas, 2002.

LOWNDES, Joseph E. *From the New Deal to the New Right: race and the southern origins of modern conservatism*. New Heaven: Yale University Press, 2008.

LUSANE, Clarence. *Colin Powell and Condoleezza Rice: foreign policy, race, and the new American century*. Westport: Praeger Publishers, 2006.

MALCOM X. The ballot or the bullet. In: George Breitman (org.). *Malcolm X speaks: selected speeches and statements*. New York: Pathfinder Press, 1989.

MARABLE, Manning. *Malcolm X: uma vida de reinvenções*. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MOLL, Roberto. *Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), Dissertação de Mestrado, 2010.

OMI, Michael; WINANT, Howard. *Racial Formation in United States*. New York: Routledge, 3ª ed., 2015, p. 222.

PENIEL, Joseph. *The Black Power Movement: rethinking the Civil Rights – Black Power era (org.)*. New York: Routledge, 2006.

STANFORD, Karin L. Reverend Jesse Jackson and the Rainbow/PUSH Coalition: institutionalizing economic opportunity. In: JOHNSON III, Ollie; STANFORD, Karin L. (org.). *Black political organizations in the post-civil rights era*. New Jersey: Rutgers University Press, 2002.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. *From #BlackLivesMatter to Black Liberation*. Chicago: Haymarketbooks, 2016.

VAUGHN, Justin S. Character - in - Chief: Barack Obama and his pop culture predecessors. In: IANES, Nicolas; DERRAIS, Carter (org.). *The iconic Obama (2007-2009): essays on media representations of the candidate and new president*. Jefferson: McFarland, 2012.

WACQUANT, Loïc. *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*. Durhan: Duke University Press, 2009.

WILSON, William Julius. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

SOBRE O AUTOR

Flávio Thales Ribeiro Francisco é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); docente da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Recebido em 09/09/2016

Aceito em 25/05/2017